

A EDUCAÇÃO MORAL: DE DURKHEIM À PIAGET¹

Eliane Paganini da Silva²

Luana Cristine Franzini da Silva³

Adrián Oscar Dongo Montoya⁴

Resumo: Este ensaio pretende discutir a importância da educação moral sob a ótica de dois autores distintos, Émile Durkheim e Jean Piaget. Durkheim, sociólogo do século XIX, acreditava que a educação é algo eminentemente social, e educação e socialização se dá por meio da ação da geração adulta para com a geração jovem, as concepções de vida, moral e de sociedade se dá sobre o novo ser que é visto como uma “*tábula rasa*” que nada tem de construído e muito a se construir e isto é obra da educação. Já Jean Piaget, biólogo do século XX, apresenta as diferenças entre a sua teoria acerca das descobertas realizadas empiricamente referentes ao juízo moral da criança e as contribuições de Durkheim acerca da educação moral. Nosso objetivo neste ensaio é refletir sobre os conceitos teóricos da temática considerando esses autores. O trabalho se justifica tendo em vista as discussões a respeito da educação moral, tão atual na contemporaneidade, e de relevância para a área educacional. Além disso, pretendemos colaborar para a formação dos professores, seja ela inicial ou continuada. Nossas considerações finais são no sentido de ressaltar a diferença entre os conceitos de educação moral, do papel da educação, bem como do professor. Além disso, mais do que apontarmos uma teoria como mais relevante que a outra é importante refletirmos sobre os impactos dessas no cotidiano escolar e no dia-a-dia do trabalho docente.

Palavras-chave: Educação Moral, Émile Durkheim, Jean Piaget.

MORAL EDUCATION: FROM DURKHEIM TO PIAGET

Abstract: This essay aims to discuss the importance of moral education in the context of two distinct authors, Émile Durkheim and Jean Piaget. Durkheim, a sociologist of the nineteenth century, believed that education is something eminently social, and education and socialization occurs through the action of the adult generation to the younger generation, conceptions of life, morality and society takes on the new being which is seen as a "tabula rasa" that nothing has constructed and much to build and this is the work of education. Already Jean Piaget, a biologist of the twentieth century, shows the differences between his theory about the discoveries made empirically related to the moral judgment of the child and the contributions of Durkheim about moral education. Our goal in this essay is to reflect on

¹Agência de Fomento: Capes/Cnpq.

² Doutoranda em Educação pela Unesp - Marília - SP. Professora Assistente do colegiado de Pedagogia Unespar - Campus União da Vitória - PR.

³ Doutoranda em Educação pela Unesp - Marília - SP. Professora de Educação Física.

⁴ Professor Titular do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Campus de Marília, na cidade de Marília, SP.

the theoretical concepts of theme considering these autores. O work is justified in view of the discussions about, so current in contemporary, moral education and relevance for education. In addition, we intend to contribute to the training of teachers, whether initial or continued. Our final remarks are in order to emphasize the difference between the concepts of moral education, the role of education as well as teacher. In addition, more than point out a theory as more relevant than another is important to think about the impacts of these daily in schools and day-to-day work of teaching

Keywords: Moral Education, Émile Durkheim, Jean Piaget.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio traz alguns conceitos de autores distintos, Émile Durkheim e Jean Piaget a respeito da educação moral, sob diferentes contextos sociais. Entretanto, oportuniza a reflexão acerca de teorias igualmente importantes e distintas na área educacional. O trabalho tem como objetivo refletir sobre esta temática e proporcionar alguns educadores (professores em formação e professores em atuação) subsídios teóricos para estabelecer relações acerca da questão da educação moral.

Iniciaremos apresentando a implicação social atribuída por Durkheim à educação. Para este autor a educação tem como finalidade construir o ser social que se formará a partir da existência de dois “seres” (indivíduo e coletivo). O ser social não é inato e nem é construído espontaneamente, ele é sim fruto da educação. Em seguida abordamos as questões da pedagogia, da Educação Moral e do papel do professor para Durkheim. Para Durkheim (2008), o papel do educador é o de ajudar as gerações mais jovens a pensar o futuro, não apenas conhecer o futuro, construindo então ideais para o que virá. Nesse aspecto é que a educação moral acontecerá.

Como último aspecto, apresentamos a crítica realizada por Jean Piaget às concepções de Durkheim referentes à educação moral. Para este autor, que toma como base suas pesquisas empíricas, posteriores à teoria de Durkheim, a educação moral é construída e não transmitida pelas gerações adultas às mais jovens como acredita Durkheim. Para Piaget, para que uma educação moral, como a apresentada por Durkheim se sustente, são necessárias relações autoritárias e uma educação

tradicional. Jean Piaget acredita em dois tipos distintos de interação social, a coação e a cooperação, e para ele apenas a última é capaz de promover a construção de uma moral dita autônoma, baseada nas relações de respeito mútuo e na reciprocidade. Finalizamos o ensaio tecendo algumas considerações finais a respeito do que foi tratado no decorrer do texto.

O CARÁTER SOCIAL DA EDUCAÇÃO PARA DURKHEIM

Émile Durkheim é considerado um dos pensadores clássicos da Pedagogia francesa e responsável pela formação de sociólogos e pedagogos cuja discussão sobre educação não foi nada desprezível. Émile Durkheim nasceu em 1858 e morreu em 1917 e propõe uma visão funcional da sociedade, onde tudo, assim como todos, tem uma função a cumprir. Nas bases educacionais, Durkheim contribuiu dizendo que a educação é algo eminentemente social, e educação e socialização se dão por meio da ação da geração adulta para com a geração jovem, vendo a escola como um microcosmo social.

O pensamento de Durkheim (2011) considera seu momento histórico (século XIX) e organiza relações fazendo uso de duas dimensões: a primeira diz respeito ao conjunto social que de certa forma se relaciona ao campo externo e a segunda diz respeito ao momento específico de desenvolvimento de um campo científico se relacionando com o campo interno.

Para Durkheim, os fatos sociais devem ser tratados como “coisas”, mas não afirma que os fatos sociais sejam coisas materiais e sim que constituem coisas ao mesmo título que as coisas materiais, embora de maneira diferente.

É “coisa” todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o que são, de que

suas propriedades e características, assim como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas nem mesmo pela mais alta das introspecções.

Segundo Durkheim (2011) a educação não precisa de um local específico para acontecer, ela consiste em uma socialização metódica das novas gerações e há para isso a existência de um local específico, a escola, onde se faz uma predeterminação dos conteúdos a serem ensinados. Entretanto, a educação acontece mesmo fora da instituição escolar, mas esta expressa à realidade geral da sociedade.

Nesse sentido, o processo de socialização se diferenciará de acordo com a diversidade das sociedades e terá atributos da mesma. E através deste processo de socialização se determinará um dado conteúdo para que seja transmitido, sendo que este não é eminentemente único, se diferenciando, pois cada segmento da sociedade apresenta percepções diferentes do que é a vida. Assim, existe sempre uma base comum a este processo, por isso a educação é una e diversificada, como apontamos anteriormente.

A educação tem como fim construir o ser social que se formará a partir da existência de dois “seres”, o individual (vida pessoal) e o coletivo (vida em grupo). Este ser social não nasce com o homem, como também não se desenvolve de modo espontâneo. Cabe à sociedade e ao processo de socialização a criação de todas as concepções de vida, moral e de sociedade ao novo ser que acaba de surgir como uma “*tábula rasa*” que nada tem de construído e muito a se construir e isto é obra da educação.

Portanto, a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma *tábula* quase *rasa* sobre a qual ela deve construir novamente. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar uma vida moral e social. (DURKHEIM, 2011, p. 55)

Lembramos que para Durkheim a educação não é um processo que ocorre somente dentro da escola. Esta socialização é constantemente exercida pelas gerações adultas sobre as jovens justamente pelo fato de que na natureza humana não é possível se incorporar aptidões da vida social materializando-as sob a forma de predisposições orgânicas, não sendo transmitidas de modo hereditário, daí então a constante importância de uma geração agindo sobre outra.

Pode-se constatar segundo o autor que os indivíduos só agem de acordo com as necessidades sociais que causa de certo modo submissão, pois o que a ação coletiva através da educação constrói em nós representa o que há de melhor no homem. A sociedade tem o poder de fazer com que internalizemos interesses que nem sempre são os nossos. Durkheim explica a importância da sociedade não só do ponto de vista moral, mas do ponto de vista intelectual e da ciência, vejamos:

Do ponto de vista intelectual, não devemos menos à sociedade. É a ciência que elabora as noções cardeais que dirigem o nosso pensamento: noções de causa, leis, espaço, número, corpos, vida, consciência, sociedade, etc. Todas estas ideias fundamentais estão em constante evolução: é que elas são o resumo e o resultado de todo trabalho científico, e não o seu ponto de partida. (DURKHEIM, 2011, p. 59)

Com relação à linguagem o autor a tem como base da organização das ideias através dos tempos podendo, portanto, elaborarmos as ideias gerais e as fixar permitindo que as aplique. A linguagem é o aspecto da vida social mais preeminente para Durkheim. Os resultados conquistados numa determinada sociedade de uma determinada época não se perde justamente graças à tradição oral, aos livros, monumentos e instrumentos de toda espécie que são transmitidos de geração em geração

Ao aprender uma língua, aprendemos todo um sistema de ideias, distintas e classificadas, e herdamos todo o trabalho do qual são oriundas estas classificações, que resumem séculos de experiência. E tem mais: sem a linguagem, não teríamos, por assim dizer, nenhuma ideia geral, pois **é a palavra que, ao fixar os conceitos, lhes dá consistência suficiente** para que eles possam ser manipulados comodamente pelo intelecto. (DURKHEIM, 2011, p. 60, grifos nossos)

E para que o legado de cada geração se conserve e seja transmitido é necessário que haja uma entidade legal que ligue uma geração à outra, sendo esta, portanto, a sociedade. Podemos dizer que sociedade e indivíduo são ideias que dependem uma da outra. Na relação de educação proposta por Durkheim são protagonistas a sociedade (que determina a ação educativa) e ainda as gerações adultas (que exercem uma ação determinada sobre as gerações jovens).

A PEDAGOGIA, A EDUCAÇÃO MORAL E O PAPEL DO PROFESSOR PARA DURKHEIM

Não pretendemos aqui desconsiderar a teoria de Durkheim que, como podemos ver, é construída sob bases fortes e tem sua relevância. Nossa intenção é entender quais as suas visões acerca da educação e da pedagogia. Para isso utilizaremos uma obra de Durkheim (2008) em que ele faz tais apontamentos quando se refere à Educação Moral.

Para Durkheim, a Pedagogia não se constitui em uma ciência bem como também não se constitui em uma arte (que segundo ele se opunha a ciência). Para o autor, a Pedagogia é algo que fica entre a ciência e a arte, sendo um conjunto de teorias. Por isso acredita que para ser um mestre não é necessário ter talento pedagógico ou ainda ter habilidade prática. Entretanto, sendo a Pedagogia um conjunto de teorias, aproxima-se da ciência e:

Enquanto as teorias científicas têm como única finalidade exprimir a verdade, as teorias pedagógicas têm como objetivo imediato guiar a conduta [...] A pedagogia consiste, precisamente, em uma reflexão, a mais metódica e mais documentada possível, colocada a serviço da prática do ensino (DURKHEIM, 2008, p. 18).

Para o autor a educação moral deve ser a maior preocupação do pedagogo e, por conseguinte, da educação.

Esta educação moral deve seguir os preceitos de uma educação puramente laica considerando o contexto sociocultural ao qual estamos inseridos. O autor ressalta a importância de se impor uma moral racional, que tem como base a ciência e um postulado racionalista, à uma moral religiosa (que é a mais proferida até o momento⁵), mas o autor alerta para o perigo de se subtrair uma da outra.

Segundo Durkheim (2008, p. 24), não se pode simplesmente suprimir da concepção religiosa tudo que é laico e se terá uma moral racional; isto porque para se “racionalizar a moral e a educação moral” é necessário considerar que o processo é muito mais complexo e profundo porque as duas vertentes sempre estiveram

[...] estruturadas sobre a mesma pedra angular, uma vez que Deus, centro da vida religiosa, era também a garantia suprema da ordem moral [...] É preciso ir buscar, no próprio seio das concepções religiosas, as realidades morais que ali estão perdidas e dissimuladas; é preciso decantá-las, descobrir em que consistem, determinar sua própria natureza e exprimi-la em uma linguagem racional (DURKHEIM, 2008, p. 24-25).

É preciso buscar na religião o que são as realidades morais para então subtraí-las. Entretanto, o fato de a moral ter advindo da divindade não significa que ela não possa se pautar em uma realidade empírica. Nesse processo de mudança, o professor

⁵ O momento histórico ao qual Durkheim se refere é o contexto francês do início do século XX (1902/1903) quando ele proferiu seu curso sobre educação moral na Universidade de Paris-Sorbonne.

precisa continuar tendo o mesmo prestígio e poder que a moral religiosa conferia a ele por meio de um ser supremo (Deus) e, para conseguir isso, o mestre não pode apenas extrair a moral racional da religiosa, mas precisa substituí-la e enriquecê-la com elementos novos promovendo modificações; este poder só é conferido pela sociedade.

Para Durkheim (2008), o papel do educador é bem claro, como podemos ver em sua afirmação de que “é preciso que o educador ajude as gerações mais jovens a tomar consciência do novo ideal para o qual já se tende, embora de maneira confusa, e que as oriente nesse sentido. Não é suficiente que ele conserve o passado, é preciso que prepare o devir”. E continua: “Se alguém se contenta em inculcar na criança esse conjunto de ideias morais médias, sobre as quais a humanidade tem vivido durante séculos, conseguirá, sem dúvida, assegurar a moralidade privada dos indivíduos” (DURKHEIM, 2008, p. 28).

O autor acredita que amoral laica abre caminhos pra uma mudança no sistema de educação moral que já se fazia necessária há tempos. Para isso afirma que é preciso “proceder a uma refundação de nossas técnicas educativas. É preciso encontrar uma nova inspiração para substituir aquela antiga, que ecoa nos corações cada vez mais debilmente” (DURKHEIM, 2008, p. 29).

A melhor fase escolar para a educação moral é durante a segunda infância, pois após esta fase a educação moral não se fará mais se suas bases não tiverem sido constituídas. Para ele, a escola é o centro da cultura moral dessa faixa etária.

Durkheim (2008) afirma que a conduta é determinada pela regra e define que “a moral é um sistema de regras que predeterminam a conduta. Elas dizem como devemos agir em cada situação; e agir bem é obedecer bem” (DURKHEIM, 2008, p. 39), por isso a regulação das condutas é uma função da moral; sendo que ainda constituem elementos da moral a regularidade (que é um processo de dentro para fora), a regra (que é um processo de fora para dentro) e, por fim, a autoridade que é contida pelas regras.

Durkheim (2008) elege três elementos essenciais para a moralidade, sendo o primeiro a “disciplina” (que envolve a autoridade), o segundo a “adesão aos grupos sociais” e o terceiro a “autonomia da vontade”.

Partindo dessas prerrogativas, o autor apresenta o **primeiro elemento** (a noção de disciplina) que tem como objetivo regular a conduta em ações que apresentem uma regularidade; porém, esta não existe sem autoridade.

O sentimento de regularidade e o sentimento da autoridade são os dois aspectos de um estado de espírito mais complexo, que podemos denominar espírito de disciplina. O espírito de disciplina, eis a primeira disposição fundamental de todo temperamento moral (DURKHEIM, 2008, p. 49).

É a disciplina que coloca o limite da normalidade, até mesmo para a atividade intelectual, porque, para o autor, a vida intelectual só vai até onde o desenvolvimento do sistema nervoso permite; por isso, é necessário manter certos limites para não incorrer em patologia. Para Durkheim, a função da disciplina para a educação moral da criança

[...] é, em si, um fator *sui generis* da educação; existem elementos essenciais no caráter moral que só podem ser creditados a ela. É mediante a disciplina, e somente por ela, que podemos ensinar a criança a moderar seus desejos, a limitar seus apetites de todo tipo, e, com isso, definir os objetos de tal atividade; essa limitação é condição para a felicidade e para a saúde moral (DURKHEIM, 2008, p. 57).

Ou seja, a disciplina é algo indispensável à pedagogia, tendo em vista que a pedagogia tem um caráter de ciência e é a escola o local (ambiente social) propício para o trabalho do educador com relação a essa educação moral. O autor ainda afirma com relação à disciplina que é por meio dela que podemos controlar os

desejos e assim o homem poderá ser feliz. A disciplina é útil porque a natureza exige disciplina, portanto, ela é necessária ao homem porque o homem é parte de um todo “fisicamente, é parte do universo, moralmente, é parte da sociedade” (DURKHEIM, 2008, p. 64).

Para o autor, a disciplina não precisa ser cega (sem reflexão e crítica) e o sentimento de autoridade não precisa ser muito intenso, isto porque é importante que a moral tenha uma certa flexibilidade para acompanhar as mudanças da sociedade.

Segundo Durkheim (2008), o **segundo elemento** da moralidade é a adesão aos grupos sociais. Neste sentido, o autor amplia um pouco mais as discussões, ressaltando a importância da sociedade e o que ele considera como sociedade. Isto porque, para Durkheim (2008), não existe moral na esfera individual, mas somente no âmbito interpessoal é que ela se apresenta; ou seja, a moral começa onde começa o domínio social, e a sociedade é mais que a simples soma de indivíduos, porque é necessário que exista um ser social. O ser social é uma combinação de elementos que, para ele, constitui-se em algo novo e que apresenta características distintas das que existem nos seres individuais.

[...] o homem age moralmente somente quando persegue fins superiores aos fins individuais, quando se faz servidor de um ser superior a ele próprio e a todos os outros indivíduos. Ora, a partir do momento em que abdicamos de recorrer a noções teológicas, só existe um ser acima dos indivíduos, um ser que é empiricamente observável, que é aquele que surge quando os indivíduos se associam, é a sociedade (DURKHEIM, 2008, p. 73).

E nesse panorama a personalidade coletiva se impõe sobre a individual dos seus membros e “é, portanto, a própria ação do grupo que impõe essas semelhanças aos indivíduos que dele fazem parte. Essa é a melhor prova de que o grupo é algo diferente do indivíduo” (DURKHEIM, 2008, p. 75).

A sociedade de um modo geral vai de encontro ao indivíduo. Somos marcados por ela, pois nossa melhor parte está na coletividade. Mas quando pensamos nos grupos diversos que compõem essa sociedade em geral, a família é a responsável pelo primeiro contato com o social. A sociedade política constitui a sociedade que a escola tem como função vincular a criança. E, por fim, com relação a sociedade pátria é a escola que ensina a criança a amá-la e a considerá-la.

O **último elemento** da moralidade apresentado por Durkheim (2008) é a autonomia, mas ressalta que esta deve ser a consciência de nossa conduta e, por isso, há uma diferença entre a moral laica e a moral religiosa. É a autonomia que faz com que possamos compreender a razão das regras (algo que só existe na moral laica).

Porque ensinar a moral não é pregá-la, não é inculcá-la: é **explicá-la**. Ora, recusar à criança qualquer explicação desse gênero, não tentar fazê-la compreender as razões das regras que ela deve seguir, é condená-la a uma moralidade incompleta e inferior. Em vez de enfraquecer a moralidade pública, **esse tipo de ensinamento é sua própria condição**. Seguramente, essa não é uma tarefa fácil; é preciso apoiar-se em uma ciência que está apenas em vias de se formar (DURKHEIM, 2008, p. 125, grifos nossos).

A sociedade é quem apresenta os objetivos de nossa conduta, porque é o interesse da sociedade que importa, o interesse individual fica em um nível inferior que o social. A sociedade possui uma alma, sua alma para o autor nada mais pode ser que um “conjunto de ideias que o indivíduo isolado jamais poderia conceber, que transbordam sua própria mentalidade, e que se formam e vivem tão somente pelo concurso de uma pluralidade de indivíduos associados” (DURKHEIM, 2008, p. 127). Mas a moral, apesar de ser idealista⁶, possui um realismo próprio, isto porque o ideal ao qual a sociedade pretende sempre estará vinculado a um tempo e a um espaço (vinculado ao real).

⁶Optamos por manter o termo idealista quando se refere à moral porque é este o termo utilizado por Durkheim na obra “A Educação Moral” (ver página 127 da obra citada nas referências bibliográficas).

Durkheim (2008) alerta sobre como constituir na criança esses elementos da moralidade apresentados afirmando que a “ação educativa não se exerce sobre uma tabula rasa. A criança possui uma natureza própria e, dado que é sobre essa natureza que devemos agir, é preciso fazer de tudo para tentar conhecê-la” (p. 133). Para isso, o autor ressalta a importância de se conhecer a psicologia da criança⁷.

As regras da moral são externas à consciência infantil, elas tomam forma, são elaboradas no mundo externo e a criança só tomará contato com elas após seu nascimento (não é hereditário), por isso o educador tem papel fundamental, já que depende de como ele exerce suas ações sobre a criança para que ela possa formar sua representação das regras morais (obviamente que este trabalho começa na família).

A consciência da criança pode ser moldada pela ação educativa exercida pelo adulto sobre a criança, isto porque ela guarda as marcas de pressões (enérgicas e repetidas) que são exercidas sobre elas. Nesse aspecto, presume-se que a educação e os professores possam exercer (de forma errônea) uma ação nefasta de abuso de poder, levando a criança a uma educação subjugadora.

O professor, ou melhor, um único professor, pode promover este tipo de educação que leve a criança a copiar os defeitos dele, sendo que, quanto maior o número de professores, maior a possibilidade de que as crianças recebam influências diferentes e por isso não permitem que apenas uma se torne exclusiva. Nesse sentido, pode-se inclusive afirmar a importância da educação escolar, já que na educação familiar as crianças teriam contato com poucas influências para a formação da educação moral, correndo o risco de ser uma “cópia” de sua família.

Para Durkheim, a sala de aula nada mais é do que uma pequena sociedade, o que a leva a ter sua própria moral, tendo a disciplina como moral e as obrigações que tomam forma como os deveres do aluno (igual acontece na sociedade). A família

⁷ Para o autor há duas características da natureza infantil. A primeira é o tradicionalismo, a segunda a receptividade da criança às sugestões (imperativas). Nesse momento a psicologia experimental ainda estava se consolidando e os autores de referência são Wilhelm Wundt, Pierre Janet e Théodule Ribot, segundo notas de referência na obra “A educação moral”.

também tem este papel, porém com características diferentes (menor número de indivíduos, aproximação por sentimentos). Por isso, para o autor, o dever escolar é mais frio e impessoal e

demanda mais esforço, uma maior contenção [...] É respeitando a regra escolar que a criança aprenderá as regras, que irá adquirir o hábito de se conter e de se mortificar. Trata-se de uma primeira iniciação à austeridade do dever. É a vida séria que começa (DURKHEIM, 2008, p. 150).

Durkheim lembra que, para obter bons resultados com as crianças no estabelecimento de uma disciplina moral, faz-se necessário que a classe seja bem dirigida (porque aí o grupo produz relações significativas). Entretanto, caso isso não aconteça, as atividades ficam desregradas, gerando uma agitação mórbida e uma desmoralização para o mestre que não conquistou a autoridade necessária perante a sala de aula (DURKHEIM, 2008, p. 151).

Nesse aspecto, a disciplina tem papel fundamental, até porque é ela que traz felicidade. Para o autor, o professor manter a disciplina e não deixar que a mesma caia em descrédito é imprescindível e as regras de conduta que muitas vezes parecem ingênuas fazem com que as crianças as tomem como um código de deveres. Cumprir regras (como chegar à escola no horário, estudar em horários estabelecidos) é a única “virtude da infância” que se pode exigir das crianças (DURKHEIM, 2008, p. 152).

Já se disse muitas vezes que para um povo sentir-se feliz é preciso que se sinta bem governado; com as crianças acontece o mesmo. Elas também precisam sentir uma força superior que as contém e que as sustenta. Uma classe bem disciplinada tem uma atmosfera de saúde e de bom humor. Cada um está em seu lugar e se sente bem. A ausência de disciplina, ao contrário, produz uma confusão que causa

sofrimento até mesmo àqueles que parecem tirar proveito da situação (DURKHEIM, 2008, p. 152).

Entretanto, o autor ressalta que a disciplina escolar precisa ser estendida para toda a vida escolar, isto porque, assim como na sociedade, não é preciso agir moralmente o tempo todo, tudo depende das situações em que este agir requisita ou não um caráter moral.

Com relação ao **papel do professor**, na educação moral, este deve ter o cuidado de não se exceder na sua força, porque, historicamente, esses abusos de força é que levaram as pessoas a conceberem a disciplina como algo ruim. “É através do professor que a regra é revelada à criança, é dele que depende tudo” (DURKHEIM, 2008, p. 154).

Uma das qualidades importantes ao professor é que ele tenha um “espírito decidido e força de vontade”, porque somente assim é capaz de fomentar a autoridade (que deve advir do interior).

É preciso que o professor acredite, não nele, não nas qualidades superiores de sua inteligência ou de sua vontade, mas em **sua missão, na grandeza de sua missão**. O que constitui a autoridade de que se reveste a atitude e a palavra de um padre, é a ideia que ele tem de sua elevada missão. [...] O professor leigo pode e deve possuir alguma coisa desse sentimento (DURKHEIM, 2008, p. 155, grifos nossos).

Como podemos ver, para Durkheim (2008), é o professor o grande responsável (em classe) pela educação moral, pela disciplina e pela autoridade, é o professor que interpreta, de acordo com seu contexto histórico, as ideias morais de seu país e que é o responsável por sua transmissão - obtida por meio da autoridade que lhe é outorgada. É o professor também que realiza por meio das palavras e dos gestos a transferência de sua consciência (dos valores morais) e estes são assim estabelecidos nas consciências infantis.

É possível perceber perfeitamente como, para ele, deve ocorrer o desenvolvimento da educação moral (e possivelmente de outros conteúdos escolares), sendo que a ação do professor tem um papel hierárquico, que deve demonstrar autoridade e por meio dela gerar disciplina (que é essencial à educação moral).

Além disso, o autor salienta a importância de que os alunos acreditem na capacidade do professor porque esse sentimento coletivo promove a sustentação da autoridade docente. Mas, como lembra o autor, não é necessário (porque na sociedade não é assim) que em nome da autoridade se conduza a classe como um exército; assim como o contrário também é verdadeiro, não se pode conduzir a classe como se fosse uma brincadeira, “é preciso que a criança seja preparada para o esforço, para o sofrimento e, por conseguinte, seria desastroso fazê-la acreditar que se pode fazer tudo brincando” (DURKHEIM, 2008, p. 159). Entretanto, o autor ressalta que a criança ainda não é um adulto e por isso deve ser tratada de acordo com sua natureza e é tarefa do professor dosar estes dois extremos do comportamento.

Quando se refere à penalidade escolar e até aos próprios ensinamentos morais, se opõe às ideias de Rousseau. Segundo Durkheim (2008, p. 166), o método das reações naturais que defende que a punição deveria “limitar-se a deixar que o ato repreensível produza suas consequências naturais”, exposto por Rousseau, não pode ter bons resultados. Durkheim (2008) se opõe também às ideias de Tolstói, autor que apresenta uma pedagogia que repousa sobre a naturalidade da aprendizagem. De acordo com Durkheim (2008), para Tolstói:

bastaria deixar a natureza agir; bastaria deixar a criança ser formada pelo contato com as coisas: elas próprias advertiriam a criança quando ela se equivocasse, isto é, quando seus atos não fossem o que deveriam ser, quando não estivessem de acordo com a natureza das coisas” (DURKHEIM, 2008, p.174)

Tolstoi acreditava, segundo Durkheim (2008), que era inconcebível o conjunto de obrigações que se impõe à criança, sendo estas desnecessárias. Para Tolstoi (que funda uma escola que obedece às suas ideias pedagógicas) não há a necessidade de fazer do trabalho e da instrução obrigações morais, sendo os desejos suficientes para provê-los. Entretanto, para Durkheim, a história mostra que os homens só se instruíram porque foram obrigados a isso, não porque quiseram.

É papel também do professor transmitir seus exemplos morais, como apontamos há pouco, e dirigir as classes, já que estas são compostas por crianças diferentes, com comportamentos diferentes ou o que ele chama de “vida coletiva espontânea”, onde o papel do professor não é necessariamente planejá-la, mas sim dirigi-la.

Sua ação consiste, sobretudo, em multiplicar as circunstâncias em que pode ser produzida uma livre elaboração de ideias e de sentimentos comuns e em coordenar e consolidar os produtos que disso resultam. **Impedir que os maus sentimentos sejam comunicados, reprimir sua expressão, reforçar os outros sentimentos com todo o peso de sua autoridade**, aproveitar todos os acontecimentos da vida escolar para despertar esses bons sentimentos, a fim de que se consolidem e se tornem tradicionais, eis os meios de ação do professor. Em suma, o professor deve estar atento para captar e aproveitar tudo aquilo que pode fazer a classe vibrar em conjunto, em um único movimento (DURKHEIM, 2008, p. 236, grifos nossos).

O professor tem um papel preponderante na vida moral da classe, porém, ele não deve ditar a justiça sem um apoio da sociedade escolar envolvida.

Podemos concluir que, para Durkheim (2008), a história não só da sociedade, mas também da classe escolar (que para ele equivale à sociedade), faz toda a diferença na medida em que dita as condições para a imposição da autoridade e por consequência da disciplina e são os primeiros elementos da educação moral (disciplina e adesão ao grupo) que posteriormente promovem a autonomia.

Durkheim (2008) afirma que:

para atingir esse objetivo, seria importante que cada classe guardasse alguma recordação das gerações anteriores: os cadernos de honra, em que seriam compilados os deveres melhor executados, constituem uma forma de ligar os alunos do passado aos do presente. Poder-se-ia também anotar todos os acontecimentos mais notáveis que marcaram a vida da classe nos anos precedentes, as boas ações, as recompensas extraordinárias, as festas, etc. Enfim, seria fundamental que cada classe tivesse sua própria história, um passado que pudesse ser transmitido" (p. 240).

Isso faz com que a criança sinta que a escola como um todo forma um ambiente moral contínuo, o que reforça seu sentimento de solidariedade. Este panorama promove, por sua vez, o terceiro elemento da educação moral, que é a autonomia.

Analisando algumas explicações de Durkheim com relação à educação que foram trazidas até o momento, fica claro, a nosso ver, que sua concepção de educação e especialmente da função do professor é muito próxima das concepções tradicionais reproduzidas até hoje na escola atual. Uma concepção que acredita que é o professor o responsável pela transmissão dos conteúdos (intelectuais e morais) por meio da explanação oral, ou da simples observação dos professores por parte dos alunos (por meio de exemplos). Os alunos neste caso não possuem papel ativo, porque os professores têm o papel do sacerdote que tudo sabe e detém o poder conferido pela sociedade no caso da escola laica.

Tal perspectiva se aproxima de uma educação mais tradicional que concebe a criança como elemento passivo (que recebe do exterior) e o professor como elemento ativo (que transmite), sendo que a ação é exercida pelo sujeito sobre o objeto. Na psicologia este movimento pode ser representado pela seguinte figura

$S \rightarrow O$ (S= sujeito e O = objeto).

A CRÍTICA DE PIAGET A ÉMILE DURKHEIM

Ressaltaremos alguns apontamos feitos por Jean Piaget acerca da teoria de Émile Durkheim com relação à sua compreensão de sociedade, bem como de educação moral, na medida em que isto tem relação direta com as concepções pedagógicas que podem ter surgido com base no pensamento de Durkheim e que implicam no trabalho docente até os dias atuais.

Jean Piaget (1994), apesar de reconhecer a importância da doutrina moral explicitada por Durkheim, faz uma crítica sobre alguns pontos postos pelo sociólogo, bem como concorda com outros. Piaget (1994) apresenta as diferenças entre a sua teoria acerca das descobertas realizadas empiricamente referentes ao juízo moral da criança e as contribuições de Durkheim acerca da educação moral.

Durkheim acredita que a moral é imposta pela sociedade (seja a sociedade em si, ou uma classe escolar que corresponde para ele a uma micro-sociedade) e, além disso, essa imposição é feita por parte do adulto (professor). Isso, segundo Piaget, demonstra no campo pedagógico uma educação tradicional que, para se sustentar, necessita de métodos autoritários (mesmo Durkheim defendendo que é possível atingir a liberdade de consciência).

Piaget (1994) sustenta que Durkheim defende dois tipos de sociedade, as conformistas (cuja solidariedade é segmentária) e as diferenciadas (em que a solidariedade é orgânica). Entretanto, não percebe que, sob o ponto de vista destes dois tipos, a interação social se apresenta em forma de coação e cooperação, diferenciando-se em dois processos distintos. Para Piaget (1994), Durkheim reduziu à unidade a coação e a cooperação, e fundiu as explicações e análises da moralidade.

A primeira crítica de Piaget a Durkheim é referente à maneira como o sociólogo compreende a coação. De acordo com Piaget (1994), para Durkheim, todos os fenômenos sociais se aplicam a relação de coação, desde uma “atração interior do indivíduo pelos ideais humanos e universais” até uma “coerção da opinião e da polícia coletivas” (PIAGET, 1994, p. 255). Isto porque a moral é exterior ao indivíduo e por isso sua consciência não é capaz de sozinha elaborar um princípio moral.

Para Durkheim, a sociedade é única, distinta e superior aos indivíduos e à própria moral, que surge da religião, já que ela obedece às obrigações e proibições sem dar suas razões. Jean Piaget (1994) concorda com Durkheim quando este afirma que a moral é social, entretanto, para ele, a moral da criança pode ser heterônoma (quando sofre pressão e coação) ou autônoma (quando elaborada livremente), sendo as primeiras impostas pelos adultos e as segundas nascidas entre as interações das próprias crianças.

Piaget (1994) explica sua crítica no trecho abaixo:

Com efeito, ou a sociedade é una, e todos os processos sociais, incluindo a cooperação, são assimiláveis só à coação, mas então o bem se reduzirá, fatalmente, à opinião reinante e ao uso tradicional; ou é preciso distinguir a sociedade de fato e sociedade ideal, isto é, a “opinião” e a sociedade tal como “tende realmente a ser”, mas então somos levados, necessariamente, a distinguir, mais do que o desejou Durkheim, a coação e a cooperação, de modo a situar os valores morais acima da razão de Estado (PIAGET, 1994, p. 257).

Segundo Piaget (1994), os indivíduos possuem “liberdade para inovar, mas na medida em que conseguem fazer-se compreender pelos outros e compreendê-los” (p. 258) é que temos uma verdadeira cooperação (que se difere da coação) que, por sua vez, dá origem a uma sociedade verdadeiramente democrática.

A segunda crítica de Piaget a Durkheim é que o sociólogo pensa em uma sociedade constituída por adultos e desconsidera as relações de respeito que surgem entre as próprias crianças “ignorando a pressão das gerações umas sobre as outras. Sem o respeito unilateral do menor pelo maior, da criança por seus pais” (PIAGET, 1994, p. 259).

Para Piaget (1994), a coação social acaba sendo proveniente dessa coação exercida pelo adulto sobre a criança, isto porque em suas pesquisas a coação adulta não foi

suficiente para levar a criança a descentrar-se e socializar seu pensamento, muito pelo contrário, a coação do adulto acentuou o egocentrismo infantil.

Além disso, o processo de coação deve progredir para o de cooperação na medida em que se obtém um maior equilíbrio entre estes fatores. Para o autor, a cooperação surge em um contexto em que as crianças são levadas a eliminar os fenômenos infantis.

Um terceiro ponto de crítica de Piaget (1994) a Durkheim é com relação ao que Durkheim chamou de “moral comum”. Para Durkheim, a moral é vista de forma diferente pelos indivíduos, já que cada um observa as regras morais a seu modo e as compreende como quer, o que faz com que cada indivíduo a veja sob um ângulo diferente.

Piaget (1994) defende que a moral não é um objeto exterior aos indivíduos, como acredita o sociólogo, mas é sim um conjunto de relações entre os mesmos.

[...] A moral comum definir-se-ia como o sistema das leis de perspectivas, tornando possível a passagem de um ponto de vista para outro e permitindo, desde então, o estabelecimento de um mapa ou de uma representação objetiva (PIAGET, 1994, p. 261).

O fato de cada representação ter a possibilidade de ser diferente não quer dizer que estas sejam inadequadas. Piaget (1994) reitera a importância de se considerar que a autonomia moral só é alcançada quando esta ocorre por meio de relações de cooperação. Quanto à psicologia da criança, a Educação Moral e as relações que envolvem a pedagogia, Piaget (1994) afirma que as concepções de Durkheim convergem para uma visão positivista, que defende uma pedagogia tradicional, pois o autor parte da sociedade para chegar à criança, o que para ele deve ser colocado em cheque.

De acordo com Piaget (1994), o sociólogo apoia suas bases sobre a moralidade totalmente em defesa de um método de autoridade, haja vista, que Durkheim desconsidera que há relações que são estabelecidas entre as próprias crianças, inclusive relações de reciprocidade. O sociólogo apoia sua teoria apenas na relação do adulto para com a criança, sendo esta relação, como vimos anteriormente, baseada no respeito, na disciplina estabelecida pelo adulto (professor) para com a criança (aluno).

Com relação às regras Piaget (1994) concorda com Durkheim que estas - próprias da disciplina - são elaboradas pelas relações sociais, mas conceitua que o autor esqueceu-se de ponderar a existência de regras que são próprias do universo infantil. Prova da existência dessas regras são os resultados das pesquisas de Jean Piaget a respeito das regras infantis em sua obra "O juízo moral na criança" (PIAGET, 1994).

Para Durkheim, segundo Piaget (1994), as regras, procedem das sociedades e por isso possuem uma autoridade que é proporcionada pela mesma. Elas, por sua vez, são transferidas para a criança por meio do adulto (na escola o professor é o responsável por isso, é ele que faz a intermediação entre a sociedade e a criança). Isto porque as regras são constituídas fora da consciência da criança e o contato com elas acontece quando ela vai para a escola, é aí então que o professor pode colocar as regras às crianças, que deverão internalizá-las.

As pesquisas de Piaget (1994) mostram que "longe de se limitar às regras impostas pelos pais e pelos professores (frequentemente são as regras que ela não segue muito bem), a criança sujeita-se a todas as espécies de regras, em todos os assuntos e em particular no jogo. Estas regras não são menos sociais, mas baseiam-se em outros tipos de autoridade" (PIAGET, 1994, p. 269).

Piaget (1994) verificou que existem dois tipos de regras que são extremas: uma baseada no respeito unilateral e uma baseada no respeito mútuo, que geram respectivamente a regra da coação e a regra da cooperação. Enquanto a primeira representa para a criança algo sagrado e ligado ao exterior da consciência, não

garantindo que ela seja obedecida, como gostariam os adultos; a segunda está enraizada na consciência da criança, já que foi originada de um acordo mútuo, levando a uma prática mais efetiva porque está ligada à vontade autônoma.

É da essência da democracia considerar a lei como um produto da vontade coletiva e não como a emanção de uma vontade transcendente ou de uma autoridade de direito divino. Portanto, é da essência da democracia substituir o respeito unilateral da autoridade pelo respeito mútuo das vontades autônomas. Logo, o problema é saber o que preparará melhor a criança para sua futura tarefa de cidadão. É o hábito da disciplina exterior adquirido sob a influência do respeito unilateral e da coação adulta, ou é o hábito da disciplina interior, do respeito mútuo e do *self-governament*? (PIAGET, 1994, p. 270, grifos do autor).

Piaget (1994) se mostra admirador das iniciativas escolares que introduzem a democracia na escola e ressalta que na época em que Durkheim escreve sobre a educação moral estas iniciativas não eram muitas. Mas convém lembrar que Durkheim critica os autores que defendiam uma pedagogia mais ativa e menos tradicional e que se coloca contrário ao professor no papel de grande revelador das regras morais. Para Piaget (1994), o professor colabora no sentido de promover uma verdadeira disciplina (consentida por todos) e acredita que quando as crianças não são expostas a regras tão rígidas e exteriores, elas se mostram mais suscetíveis a uma disciplina democrática.

Além disso, Piaget (1994) afirma que é

[...] inacreditável que, numa época em que as ideias democráticas penetram por toda parte, as tenhamos utilizado tão pouco como instrumentos pedagógicos. Quando contatamos a resistência sistemática dos alunos ao método autoritário e a admirável engenhosidade empregada pelas crianças de todas as regiões para escapar à coação disciplinar, não podemos abster-nos de considerar

como defeituoso um sistema que desperdiça tantas energias em lugar de empregá-las na cooperação (PIAGET, 1994, p. 271).

Segundo Piaget (1994), não há perda de tempo em deixar com que as crianças adquiram por si próprias os hábitos de disciplina e que isto ocorre quando há um interesse por parte da criança para realizar o que deseja. Segundo o autor, os resultados da Escola Ativa⁸ mostram como esses feitos deram bons resultados. Se fossemos representar na psicologia este modelo de relação sujeito-objeto, ele seria, S↔O (S=sujeito e O=objeto).

Entretanto, quando Piaget defende uma educação democrática não significa uma educação que deixe as crianças sem nenhuma orientação, pois é preciso, sim, uma vida social organizada para se atingir a disciplina, só que “é possível fundar, sem despotismo nem coação esta vida social” (PIAGET, 1994, p. 273).

Assim como Piaget (1994) discorda de tais concepções propostas por Durkheim, também critica suas ideias com relação às sanções e a quem deve aplicá-las. Piaget (1994) defende uma justiça realizada pelas próprias crianças em forma de tribunais (no caso das escolas) que ele chama de justiça retributiva, pois uma sanção por reciprocidade além de não ser arbitrária também se relaciona com o conteúdo da falta cometida.

Como conclusão de seus estudos reunidos na obra “O juízo moral na criança”, Piaget (1994) reitera sua teoria sobre a distinção entre as relações de coação (que se impõem do exterior ao indivíduo como obrigação) e as relações de cooperação (onde nascem nos indivíduos as normas ideais) e acrescenta que nossa sociedade é muito mais

⁸ A Escola Nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX. Inspirados nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, os intelectuais desse movimento viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação. O fim mais importante da Escola Ativa era o impulso espiritual da criança e o desenvolvimento da autonomia moral do educando. (Fonte: Wikipedia; http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Nova)

pautada pelas primeiras relações enquanto as segundas representam um ideal de equilíbrio; nesse aspecto é fato que há uma evolução nas relações de coação que convergem para as relações de cooperação.

O papel do respeito unilateral é de suma importância para a constituição da consciência elementar do dever que é “o primeiro controle normativo do qual a criança é capaz” (p. 299), entretanto, só o respeito unilateral não é suficiente para se constituir uma verdadeira moralidade. Por isso, para ele, o simples verbalismo que se costuma aplicar na vida escolar (e que defende Durkheim) não é igualmente suficiente para libertar a criança da mística da palavra do adulto, ou seja, por meio apenas do verbalismo não é possível levar as crianças a constituir a moralidade, porque não há em nenhum momento o surgimento de regras e respeito que sejam internos aos indivíduos.

Como exposto, Piaget (1994) defende os trabalhos em grupo e o *self government* como mais adequados e contextualizados com os resultados de suas pesquisas acerca da psicologia da criança. Entretanto, ressalta que seria necessário haver pesquisas práticas realizadas pela pedagogia experimental para uma efetiva comprovação e alerta para o perigo de realizar uma aplicação pedagógica de seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio objetivou discutir os conceitos teóricos acerca da educação moral sob a ótica de dois autores distintos, Émile Durkheim e Jean Piaget. Para tanto, tratamos num primeiro momento de explorar a obra de Durkheim, sociólogo do século XIX, que concebe a educação e a educação moral como um processo de socialização que ocorre por meio da ação adulta para com as gerações mais jovens. No segundo momento, esclarecemos a teoria de Jean Piaget, biólogo do século XX, que compreende a educação moral como um processo de socialização que é construído considerando as relações sociais num íterim de respeito e cooperação.

Sobre a teoria de Durkheim, é importante ponderar que sua visão de sociedade é funcional, onde tudo e todos cumprem uma determinada função, e a educação para o autor é eminentemente social, sendo resultado da ação do adulto sobre o jovem, e a escola um microcosmo dessa sociedade. Durkheim (2008) leva o leitor a constatar que a educação moral deve ser a maior preocupação da educação e que é papel do educador promover nas gerações mais jovens as regras morais e um novo ideal de sociedade, isto ocorre por meio da observação do educador e da obediência das regras impostas por ele.

Para a moralidade, três elementos são essenciais, a noção de disciplina, regulando a conduta em ações por meio da autoridade; a adesão aos grupos sociais, que impõe uma personalidade coletiva sobre a individual; e a autonomia sendo vista como a compreensão da razão das regras. Durkheim (2008) entende que a consciência da criança pode ser moldada pela ação educativa do adulto e o professor é quem pode promover este tipo de ação.

Sobre a teoria de Piaget podemos aferir que sua concepção de educação moral se difere da de Durkheim. Piaget concorda que a educação moral se dá sob as bases do desenvolvimento social, entretanto não acredita que a moral deva ser imposta pelo adulto, sendo necessário o uso de métodos autoritários. O autor faz algumas críticas à teoria de Durkheim, na primeira delas Piaget (1994) expõe que a moral pode ser tanto heterônoma quanto autônoma, sendo as primeiras impostas pelos adultos e as segundas podendo ser nascidas entre as interações das próprias crianças. Nesse aspecto a coação se difere da cooperação, não sendo processos indissociáveis como compreende Durkheim.

Na segunda, por conta de suas pesquisas empíricas a respeito das regras e da moralidade afirma a importância de se considerar a sociedade composta também por crianças, pois surgem relações de respeito entre elas, item que Durkheim não contempla em sua teoria. A última observação persevera a respeito da importância de compreendermos a moral como comum aos indivíduos, sendo respeitada por eles,

desde que se observe o ponto de vista do outro, sendo possível os pontos de vista serem diferentes, mas não significando uma inadequação. Para Durkheim a moral comum deve ser observada e compreendida de forma individual a cada indivíduo.

A respeito das regras Piaget (1994) identificou dois tipos de regras uma que se baseia na coação e outra na cooperação e acredita que as que se dão sob o aspecto da cooperação podem ser promovidas por um ambiente democrático, seja na sociedade, seja na escola.

Os dois autores apesar de defenderem uma educação moral, diferem sobre as bases sociais nas quais cada tipo de educação irá se estabelecer. Além disso, divergem a respeito do papel do aluno e do professor. Consideramos relevante repensarmos como tais concepções pedagógicas influenciam nos modelos e metodologias para a relação ensino-aprendizagem, seja guiando-as, seja propondo novas formas de pensar.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A Educação Moral**. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.